



ESCOLA SECUNDÁRIA
INFANTA D. MARIA

PROJETO EDUCATIVO

2022/2026

JUNHO 2023

[HTTPS://WWW.ESIDM.PT/](https://www.esidm.pt/)



PROJETO EDUCATIVO 2022/2026

PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO PEDAGÓGICO EM
13/02/2023.

APROVADO EM REUNIÃO DE CONSELHO GERAL DE
23/06/2023.

CONTEÚDO

NOTA PRÉVIA.....	5
I. INTRODUÇÃO.....	5
1. HISTÓRIA	5
2. VISÃO.....	7
3. MISSÃO	7
4. VALORES.....	7
5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	7
II. A COMUNIDADE EDUCATIVA.....	9
1. ORGANIZAÇÃO.....	9
1.1. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	9
1.2. DEPARTAMENTOS CURRICULARES	9
1.3. SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS	9
1.3.1. BIBLIOTECA ESCOLAR	10
1.3.2. SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO.....	11
1.3.3. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	11
2. RECURSOS MATERIAIS: INSTALAÇÕES, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	11
3. A COMUNIDADE ESCOLAR.....	12
3.1. CORPO DOCENTE	12
3.2. CORPO NÃO DOCENTE.....	13
3.3. CORPO DISCENTE.....	14
3.3.1. NÚMERO, CICLO/ANO DE ESCOLARIDADE.....	14
3.3.2. ABRANGIDO PELO DECRETO-LEI N.º 54/2018	14
3.3.3. COMPORTAMENTO E DISCIPLINA.....	14
3.4. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	15
3.5. ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES.....	15
4. OFERTA FORMATIVA.....	15
5. PARCERIAS	16
6. ANÁLISE SWOT.....	18
III. METAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	21
1. METAS.....	21
1.1. SUCESSO ESCOLAR	21
1.2. AVALIAÇÃO EXTERNA (PROVAS DE AFERIÇÃO; PROVAS FINAIS; EXAMES NACIONAIS)	22
1.2.1. PROVAS DE AFERIÇÃO	22
1.2.2. PROVAS FINAIS	22
1.2.3. EXAMES NACIONAIS	23

2.	PREMISSAS.....	24
3.	LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA.....	25
4.	ESQUEMA OPERACIONAL.....	33
IV.	MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	34
1.	DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	34
2.	AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	35
V.	FONTES CONSULTADAS.....	36

NOTA PRÉVIA

O Projeto Educativo é “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”

(Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho)

I. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo é um instrumento identitário da Escola, elaborado de acordo com os normativos em vigor. Apoiar os órgãos de gestão nas suas opções estratégicas de desenvolvimento organizacional; apoiar o desempenho da profissionalidade docente, (cf. Antúnez, 1987; Silva, 2000) e apoiar os pais na escolha da Escola dos seus educandos.

O Projeto Educativo de Escola (PEE) define as metas e as estratégias, alicerçadas nos valores preconizados, e institui as prospetivas para o futuro.

O Projeto Educativo assenta no Projeto de Intervenção da Diretora, que define, portanto, linhas orientadoras de suporte e planeamento escolar, mas não deixa de ser um desafio à concretização de uma educação que valoriza a aprendizagem, a inclusão, o empenho e o esforço, o método e o gosto pelo trabalho, a capacidade de empreender e de inovar, o espírito crítico construtivo, a sistematização de valores, a consciencialização de direitos e deveres, o respeito por si e pelos outros, a vivência democrática, a preservação e valorização do património, da cultura, da arte e do ambiente, enfim, de tudo o que converge para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. O Projeto Educativo da Escola Secundária Infanta D. Maria (ESIDM) 2022-2026 atualiza o anterior e constitui, juntamente com o Projeto de Intervenção da Diretora, com o Plano Anual de Atividades da Escola e com o Projeto Curricular da ESIDM, um documento fundamental e orientador, dentro do quadro das políticas nacionais, e estruturante na forma como a ESIDM se propõe assegurar a inovação, a continuidade, a autonomia e a garantia de identidade, com base nos seus projetos e intervenções.

1. HISTÓRIA

Pelo Decreto n.º 4650, de 14/7/1918, foi criado o então Liceu Feminino de Coimbra, que iniciou as atividades letivas a 26 de fevereiro do ano seguinte (1919), num edifício que ainda hoje existe: a casa n.º 111 da Avenida Sá da Bandeira. Nesse mesmo ano, decidira o Governo, através do Decreto n.º 5096, de 13 de janeiro, «distinguir com designação própria os vários estabelecimentos de ensino» e «atribuir a esses estabelecimentos nomes de grandes individualidades, cuja lembrança constitua para os educandos perene sugestão de virtudes cívicas e morais e o reconhecimento de sólidos valores intelectuais». O Liceu Feminino de Coimbra passou, desde então, a designar-se por Liceu Nacional Infanta D. Maria.

A Infanta D. Maria nasceu em Lisboa em 1521 e faleceu em 1577. Filha do Rei D. Manuel I e de D. Leonor, irmã de Carlos V, foi praticamente criada por seu irmão D. João III, visto que o seu pai faleceu quando ela tinha apenas seis meses e sua mãe partiu, em 1523, para Castela, tendo a Infanta somente dois anos. Isso em nada prejudicou a sua formação humanística, sendo considerada pela erudita Luísa Sigea «a primaz em humanidades, erudição e virtudes». Protetora das Artes e das Letras, verdadeira princesa do Renascimento, a escolha do seu nome para o antigo Liceu Feminino de Coimbra, apresenta-se plena de significado.

Do número 111 da Avenida Sá da Bandeira passou o Liceu a ocupar as instalações da antiga Quinta da Rainha (área hoje ocupada pelo Instituto Maternal), indo mais tarde para o Colégio de S. Bento, aos Arcos do Jardim, edifício onde hoje se encontra instalado o Instituto de Antropologia. Só em 1 de outubro de 1948 encontrou casa própria: as atuais instalações, na Rua Infanta D. Maria, ao tempo uma zona praticamente deserta, conhecida, na gíria das alunas, pelo «deserto do Sahara».



FIGURA 1 – A Escola em 1948.

No ano letivo 2009-2010, a Escola sofreu obras de requalificação, o que lhe permite, atualmente, dispor de excelentes instalações para o seu diversificado público-alvo.

Secular, esta é uma Escola ímpar no seio educacional de Coimbra.



FIGURA 2 – A Escola em 2019.

2. VISÃO

A Escola Secundária Infanta D. Maria (ESIDM) é uma organização educacional que prima pela inclusão, qualidade e relevância das atividades que promove e pela sua assunção como instituição de referência. Neste sentido, tendo os alunos como elementos primordiais, deve ser entendida como uma Escola que promove a qualidade das suas aprendizagens, pela sua originalidade, desenvolvendo as suas capacidades, promovendo e valorizando o mérito de cada um, fomentando uma cidadania ativa, com a aplicação de valores fundamentais. Para tal, é imprescindível a motivação e o incentivo dos docentes, técnicos e não docentes e a dotação da Escola de instrumentos e técnicas facilitadoras de aprendizagens e de comunicação transparente e isenta de ruídos perturbadores.

3. MISSÃO

É missão da ESIDM a formação de alunos responsáveis, autónomos, integradores e socialmente interventivos. Para tal, a Escola organiza-se a partir de uma estrutura agilizadora e participante, sustentada numa gestão orientada por objetivos estratégicos, que se fundamenta num sistema de transparência e procedimentos e na racionalização e sustentabilidade dos recursos, cujos princípios se centram na promoção da qualidade da educação, na dinamização, que envolve a comunidade educativa, na organização da Escola, a título administrativo e financeiro, na projeção da ESIDM na comunidade.

Anseia a comunidade educativa onde a escola se insere que esta consciencialize o jovem aprendiz para o exercício da cidadania, da inclusão e da qualificação académica e ou profissional.

4. VALORES

Constituem-se como valores de referência deste Projeto Educativo a **liberdade**, a **justiça**, a **equidade**, a **igualdade**, a **dignidade**, o **humanismo**, a **confiança**, a **exigência**, o **esforço**, o **rigor**, a **transparência**, o **respeito**, a **tolerância**, a **solidariedade**, a **participação democrática**, a **cultura de mérito** e a **responsabilidade**. Respeitando e promovendo estes valores, o fim último a que a escola se destina – formar cidadãos autónomos, inclusivos e prontos para enfrentar os desafios da sociedade, contribuindo para o bem comum – será alcançado.

5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Este Projeto Educativo é um instrumento privilegiado de participação de toda a comunidade educativa, pelo que se orienta por um conjunto de princípios, dos quais se destacam:

1. Promover a qualidade da educação.
2. Promover a melhoria das aprendizagens, o que se deverá refletir nos resultados escolares de todas as disciplinas.
3. Estimular atitudes e comportamentos de uma cidadania responsável, reiterando a aplicação de valores fundamentais.

4. Formar cidadãos intervenientes e críticos.
5. Fomentar a inclusão, apoiando alunos que revelem maior dificuldade de aprendizagem.
6. Fomentar o trabalho colaborativo e a articulação, incentivando à partilha de saberes, experiências e informação.
7. Incitar à qualidade em todos os serviços educativos, assegurando a realização de práticas de atuação eficazes e eficientes.
8. Promover a prática da autoavaliação, adotando instrumentos de observação e acompanhamento.
9. Transmitir a ideia da importância das lideranças intermédias, bem como da colaboração dos diversos órgãos de gestão, como complemento de uma liderança clara.
10. Insistir na eficiente circulação de informação.
11. Dinamizar, envolvendo, a comunidade educativa, de forma a que o trabalho desenvolvido se projete na e para a comunidade.

II. A COMUNIDADE EDUCATIVA

1. ORGANIZAÇÃO

A Escola organiza-se segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

1.1. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

CONSELHO GERAL	Órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa.
DIRETORA	Órgão unipessoal de administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.
CONSELHO ADMINISTRATIVO	Órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da Escola. É composto pela Diretora, pela Subdiretora e pela Chefe dos Serviços de Administração Escolar.
CONSELHO PEDAGÓGICO	Órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa, nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente. Fazem parte a Diretora, que exerce a presidência, os Coordenadores dos Departamentos Curriculares, o Coordenador da Avaliação Pedagógica, o Coordenador da Flexibilidade Curricular, o Coordenador do Plano de Ação Digital, o Coordenador da EMAEI, os dois Coordenadores de Ciclo, o Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento, a Professora Bibliotecária e a Psicóloga Escolar.

TABELA 1 - Quadro resumo relativo aos Órgãos de direção, administração e gestão.

1.2. DEPARTAMENTOS CURRICULARES

O número de Departamentos Curriculares está definido no Regulamento Interno. Agrupam e representam os diferentes Grupos de Recrutamento e Áreas Disciplinares, que se repartem pelos Departamentos de Ciências Sociais e Humanas, Matemática e Ciências Experimentais, Línguas e Expressões.

1.3. SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

Para além dos Serviços Administrativos, os Serviços Técnico-Pedagógicos incluem a Biblioteca Escolar, os Serviços de Psicologia e Orientação e o Serviço de Ação Social Escolar, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

De referir, ainda, o Técnico Informático colocado ao abrigo do ponto 11 do Artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que veio complementar estes serviços no âmbito do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE). O PADDE assume-se, nas escolas e na ESIDM, em particular, como mais um documento fundamental, para garantir a qualidade do sucesso dos alunos, particularmente no que ao domínio pedagógico concerne. Assim, pretende-se dar continuidade à aplicação de boas práticas, no âmbito do digital, aplicando-as em sala de aula, em trabalhos de investigação/projetos, em trabalho entre docentes, nos apoios educativos e nas práticas avaliativas.

Esta intervenção pedagógica digital resulta do conhecimento obtido através de uma análise reflexiva, que revelou os pontos fortes e as fragilidades do público alvo envolvido: docentes e discentes. As fragilidades pretendem-se ver superadas, através de uma monitorização sistemática e periódica.

1.3.1. BIBLIOTECA ESCOLAR

A Escola possui uma Biblioteca Escolar (BE) integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), desde o ano 2000.

Ancorada no “Quadro Estratégico 2021-2027”, a BE tem vindo a reconfigurar-se como serviço inovador e inclusivo, cada vez mais híbrido, equilibrando a flexibilização de espaços físicos com a criação de ambientes virtuais de aprendizagem e combinando a coleção física de documentos, com a curadoria de recursos digitais. Ou seja, indo ao encontro da Visão e Missão do Programa da RBE, a biblioteca, alicerçada na proatividade e na resiliência, tem vindo a afirmar-se como centro de apoio à formação dos alunos e ao exercício da atividade pedagógica dos professores, assente no compromisso e na intervenção colaborativa, ao proporcionar um serviço de referência presencial, complementado com um apoio a distância.

Assim, segundo a Portaria n.º 192-A/2015, de 29 de junho, a Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho, o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, a BE é um serviço técnico-pedagógico, assegurado pelo professor bibliotecário, coadjuvado pela equipa da biblioteca escolar, em conformidade com o perfil funcional estipulado nas portarias referidas, que se articula com os restantes serviços, dinamizando e apoiando projetos e atividades curriculares e extracurriculares, ao mesmo tempo que diversifica recursos educativos, que enriquece os contextos e as estratégias de ensino e de aprendizagem, em ambientes físicos e digitais. De acordo com os documentos orientadores da RBE, o seu campo de ação subdivide-se em quatro domínios centrais: currículo, literacias e aprendizagem; leitura e literacias; projetos e parcerias; e gestão da biblioteca escolar.

Em síntese, sem descuidar o seu bem-estar pessoal e coletivo, a BE capacita as crianças e os jovens para interligarem conhecimentos, nas várias áreas do saber, mas entrelaçando-os com competências, atitudes e valores, capazes de fortalecer o respeito pela memória coletiva e pelos direitos humanos, de sustentar comportamentos éticos e de favorecer o exercício de uma cidadania ativa, reflexiva e empreendedora, baseada em decisões conscientes, porque refletidas e informadas, que tem em conta o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

1.3.2. SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) integram uma psicóloga a tempo inteiro. Estes serviços têm um papel preponderante no apoio que prestam aos alunos, a nível da orientação vocacional (sobretudo junto dos que frequentam o 9.º ano de escolaridade) e da informação escolar e profissional, mais relevante junto dos alunos do Ensino Secundário.

É ainda disponibilizado apoio a nível individualizado a qualquer elemento da comunidade educativa que o solicite, sendo os alunos (a maior parte das vezes encaminhados pelos respetivos diretores de turma) os que mais o requerem, quer a nível dos métodos de estudo, quer do apoio psicológico. No âmbito do Plano de Mentoria (programa de apoio entre pares) procedem à formação dos candidatos a mentores e apoiam a sua implementação, num trabalho de colaboração com os coordenadores dos diretores de turma. Integram a Equipa de Saúde Escolar da Escola. Fazem parte da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Escola Inclusiva (EMAEI) enquanto elemento permanente, reunindo com os restantes elementos da equipa, na análise dos casos e procedendo, sempre que necessário, à avaliação psicológica dos alunos e à elaboração dos respetivos relatórios. Nos 1.º e 2.º períodos elaboram relatórios parciais sobre as questões disciplinares dos alunos e, no final do ano letivo, elaboram o relatório final, analisando, ainda, as discrepâncias que possa haver no que respeita à aplicação da medida disciplinar de ordem de saída da sala de aula e a presença dos alunos no Gabinete de Mediação e Prevenção da Indisciplina. Anualmente, elaboram um estudo sobre o resultado da candidatura ao Ensino Superior Público dos alunos que concluíram o Ensino Secundário na Escola. Articulam as suas ações e intervenções com os pais e encarregados de educação, diretores de turma e outros docentes, com a Direção e com os docentes do Grupo de Recrutamento de Educação Especial.

1.3.3. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A Ação Social Escolar (ASE) faz parte dos Serviços Administrativos da Escola (SAE) e procede ao levantamento das situações que se enquadram no Despacho n.º 11306-D/2014, de 8 de setembro, integrando os pedidos de apoio social escolar nos escalões correspondentes.

A ASE apoiou 75 alunos, no ano letivo de 2020/2021, 69, no ano letivo de 2021/2022, e apoia, neste ano letivo, 76 alunos.

2. RECURSOS MATERIAIS: INSTALAÇÕES, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

A Escola dispõe de instalações, serviços e equipamentos que, nos quadros abaixo, se apresentam subdivididos em espaços para atividades letivas (salas de aula normal e específicas), salas e gabinetes de trabalho (espaços destinados ao trabalho individual ou colaborativo dos professores, gabinetes específicos ou para trabalho de âmbito organizacional), outros espaços (com funções variadas, nomeadamente as destinadas à Direção) e ainda outros onde se desenvolvem serviços diversos.

ESPAÇOS PARA ATIVIDADES LETIVAS	SALAS E GABINETES DE TRABALHO
<ul style="list-style-type: none"> • 31 salas de aula (equipadas com computador, projetor, ligação à internet, videocâmaras e colunas de som; 4 salas dispõem de quadro interativo) • 6 laboratórios (Física e Química, Biologia e Geologia) • 7 salas específicas [1 de Geometria Descritiva, 1 de Oficina de Artes, 1 de Educação Visual, 1 de Expressão Dramática e 3 de Informática] • 1 ginásio coberto • 2 campos de jogos, sendo 1 coberto 	<ul style="list-style-type: none"> • 4 gabinetes de trabalho por departamento • 1 sala de pausa para professores • 6 gabinetes [Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), 2 da Escola Digital, Professora Bibliotecária, Mediação e Prevenção da Indisciplina, e Associação de Estudantes (AE)] • 2 salas/gabinetes de Educação Especial • 2 salas de atendimento Pais ou EE • 1 sala de Diretores de Turma • 1 sala de estudo
OUTROS ESPAÇOS PARA ATIVIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	OUTROS ESPAÇOS PARA FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS
<ul style="list-style-type: none"> • 1 sala lúdico-pedagógica • 2 espaços de trabalho • Biblioteca e arquivo • Salão Infanta D. Maria • Auditório Fernando Azeiteiro • 3 salas para a direção • 3 salas de apoio para assistentes operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reprografia/Papelaria • Serviços de Administração Escolar • Refeitório • Bufete • Guarita • Sala de Isolamento

TABELA 2 – Instalações e equipamentos disponíveis na Escola.

3. A COMUNIDADE ESCOLAR

A comunidade escolar, no ano letivo de 2022/2023, é constituída por cento e dois professores, trinta e dois funcionários não docentes e novecentos e oitenta alunos.

3.1. CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído por cento e dois docentes, sendo sessenta e cinco pertencentes ao Quadro de Escola da ESIDM. É, portanto, uma organização escolar com um corpo docente estável. Devido à elevada média

etária dos professores do quadro da Escola (59,77 anos), prevê-se que, nos próximos três anos, possa haver uma alteração considerável no que concerne ao pessoal docente.

Situação Profissional	
Quadro da ESIDM	Outros: mobilidade interna; mobilidade por condições específicas; Quadro de Zona Pedagógica; contrato
65	37

TABELA 3 – Situação profissional (2022/2023).

Idade				
Menos de 30 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos
0	0	7	20	38

TABELA 4 – Faixa etária (2022/2023) – Professores do Quadro da ESIDM.

Conclui-se que 58,5% se inclui na faixa etária dos mais de 59 anos.

3.2. CORPO NÃO DOCENTE

O corpo não docente é constituído por uma técnica superior, oito assistentes técnicos e vinte e três assistentes operacionais [cf. Tabela 5].

Pessoal não docente	Nº de elementos
Psicóloga	1
Assistentes técnicos	8
Assistentes operacionais	23
Total	32

TABELA 5 – Pessoal não docente (2022/2023).

Idade				
Menos de 30 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 59 anos
1	-	2	14	15

TABELA 6 – Faixa etária (2022/2023) – Corpo não docente.

Conclui-se que 82% do pessoal não docente (38% com mais de 59 anos e 44% entre os 50 e os 59 anos) se inclui na faixa etária dos mais de 50 anos.

3.3. CORPO DISCENTE

3.3.1. NÚMERO, CICLO/ANO DE ESCOLARIDADE

A Escola é frequentada por alunos que vão do 7.º ao 12.º anos. O número de turmas no Ensino Secundário é sempre superior ao do Ensino Básico, ainda que a procura, neste ciclo de ensino supere o número anualmente atribuído em rede pela DGEstE Centro.

No Ensino Secundário, os alunos, em cada um dos três anos de escolaridade, repartem-se por turmas de Ciências e Tecnologias, Artes Visuais, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas.

3.3.2. ABRANGIDO PELO DECRETO-LEI N.º 54/2018

A Educação Inclusiva constitui-se como um referencial na resposta a todos os alunos, tendo em vista a eliminação de barreiras que podem condicionar o acesso à aprendizagem e à inclusão.

A Escola tem alunos que, em algum momento ou durante o seu percurso escolar, necessitam da mobilização das Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (MSAI), pelo que os docentes da Educação Especial constituem um recurso específico, neste domínio, exercendo funções de apoio aos alunos, numa lógica de trabalho colaborativo e corresponsabilização com outros docentes e serviços da ESIDM.

Para cumprir os objetivos da inclusão, cooperam, de forma complementar e sempre que necessário, com os recursos da comunidade, nomeadamente da educação, da formação profissional, do emprego, da segurança social, da saúde e da cultura (ponto 5, do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), e, sobretudo, com as instituições que colaboram ou dão respostas aos alunos a nível da avaliação e orientação, de terapias, de produtos de apoio, da transição para a vida pós-escolar: experiências de trabalho, formação profissional.

A ESIDM tem um conjunto de alunos (cerca de 15%) que usufrui de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (MSAI), tendo dois deles medidas adicionais.

3.3.3. COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

O ambiente escolar é reconhecidamente tranquilo. Durante os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, nos momentos em que a Escola funcionou em regime *on-line* ou misto, devido à pandemia de COVID-19, verificou-se uma diminuição de casos de indisciplina. No ano letivo 2021/2022, no qual foi retomado o ensino presencial, continuou a registar-se um menor número de casos de indisciplina, podendo concluir-se uma diminuição significativa no período em análise.

A Escola procura alterar comportamentos desajustados, de forma dialogante, envolvendo Diretores de Turma e famílias. Sempre que se justifica, intervêm, também, os Serviços de Psicologia e Orientação, o Gabinete de Mediação e Prevenção da Indisciplina e a Direção.

3.4. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Infanta D. Maria (APEE) pretende criar e desenvolver as condições necessárias para a efetiva participação de todos os interessados na tarefa educativa, através do exercício de direitos e deveres de cidadania, bem como promover a melhoria da qualidade da educação e socialização da Escola.

O objetivo principal desta associação é assegurar a efetivação dos direitos e deveres que assistem aos pais e encarregados de educação, em tudo quanto respeita à educação dos seus filhos e educandos, de acordo com a legislação em vigor, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento de relações solidárias entre toda a comunidade educativa.

3.5. ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

A Associação de Estudantes da Escola Secundária da Infanta D. Maria (AEESIDM) foi criada em 2008, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, em assembleia constituinte. Rege-se pelos valores da democraticidade, independência, autonomia e representatividade, procurando garantir o envolvimento dos alunos em atividades por si dinamizadas ou pela Escola.

4. OFERTA FORMATIVA

Atualmente, a Escola apresenta a seguinte oferta formativa:

- 3.º Ciclo do Ensino Básico Geral, com todas as turmas do 7.º, 8.º e 9.º anos a funcionar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto.
- cursos científico-humanísticos do ensino secundário (Ciências e Tecnologias, Artes Visuais, Línguas e Humanidades e Ciências Socioeconómicas) com o 10.º, 11.º e 12.º anos a funcionar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e da Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto.

As matrizes curriculares das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário são as constantes dos anexos vi a viii do Decreto-Lei n.º 55/2018, sendo anualmente atualizadas no Projeto Curricular da ESIDM.

A Escola orienta a sua oferta formativa assente numa matriz orientada para o prosseguimento dos estudos. Assim, o papel da Escola é o de fornecer conhecimentos e competências aos alunos de modo a que prossigam, com sucesso, os seus estudos no ensino superior.

Independentemente da oferta educativa e formativa que constitua o caminho dos nossos alunos, a Escola desenvolve a sua ação de modo a garantir que todos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da *Escolaridade Obrigatória (PASEO)*.

5. PARCERIAS

A Escola tem protocolos e parcerias com várias entidades, tendo em vista a prossecução de objetivos de natureza diversa, a saber:

PARCEIROS	TIPO DE COLABORAÇÃO	LOCAL
Câmara Municipal Coimbra	Facilitação de instalações	Pavilhão Multiusos Piscina
Centro de Saúde	Acompanhamento médico/clínico a alunos e famílias; participação na Escola	Escola
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM)	Apoio e acompanhamento a um aluno	Escola e APPACDM
Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC)	Implementação de PIT	Escola e APCC
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra (CPCJ)	Acompanhamento de alunos sinalizados	Escola
Hospital Pediátrico de Coimbra	Colaboração na sinalização e acompanhamento de alunos; apoio específico – suporte básico de vida pediátrico	Escola
Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (FCDEF), Faculdade de Ciências e Tecnologias (FCT), Faculdade de Letras (FLUC)	Estágios Curriculares de Educação Física, Física e Química, Português e Latim	Escola
Projeto – Planos Integrados e inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Escola

TABELA 7 – Parcerias da Escola com entidades externas.

A Escola tem, ainda, parcerias com outras entidades:

- Centro de Acolhimento e Orientação de Jovens de Coimbra (CAOJ);
- Centro de Formação Minerva;
- Exploratório Infante D. Henrique;
- Fundação Museu da Ciência da Universidade de Coimbra;
- Plano Nacional de Leitura (PNL);
- Rede de Bibliotecas de Coimbra (RBC);

- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE);
- Biblioteca Municipal de Coimbra (BMC) através do Serviço de apoio às Bibliotecas Escolares (SABE);
- International Association of School Librarianship (IASL);
- Polícia de Segurança Pública (PSP) – Programa Escola Segura (PES);
- Plano Nacional de Cinema (PNC);
- Universidade de Coimbra (UC);
- União de Freguesias de Coimbra; Programa MyPolis
- Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (CTCV)

6. ANÁLISE SWOT

A análise SWOT (acrónimo de *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*, ou seja, ‘Forças’, ‘Fraquezas’, ‘Oportunidades’ e ‘Ameaças’) é fundamental para determinar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças, tanto do ponto de vista interno como externo, a que qualquer organização está exposta (mesmo as instituições escolares). Só depois desta análise se pode desenvolver a qualidade do que já existe, eliminar os obstáculos e tirar partido das entidades externas à Escola e das sinergias desenvolvidas.

- do ponto de vista **interno**, há:

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Resultados académicos de qualidade. • Qualidade do sucesso. • Elevada percentagem de alunos que ingressam no ensino superior e na sua primeira opção • Adesão ao projeto de mentoria. • Desenvolvimento de projetos e atividades extracurriculares potenciadores de uma mais eficaz e eficiente aprendizagem. • Preocupação dos professores na recuperação das aprendizagens dos seus alunos. • Acompanhamento (apoio) dos professores, de forma voluntária, aos alunos que se inscrevem nos exames nacionais e provas finais. • Adequada planificação das atividades de ensino/aprendizagem. • Prática de interdisciplinaridade (flexibilidade curricular). • Trabalho colaborativo/equipas educativas. • Plano Anual de Atividades diversificado e planificado, com o objetivo de consolidar a formação integral do aluno. • Formação científico-pedagógica dos professores, nos diversos níveis de ensino. • Professora bibliotecária interveniente e facilitadora de estratégias e meios que concorrem para melhores aprendizagens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência, por parte de alguns alunos, no cumprimento de regras básicas. • Pouca divulgação da qualidade do trabalho desenvolvido. • Reduzida diversidade de estratégias, no que à recuperação de aprendizagens de alguns alunos concerne. • Reduzida eficácia do apoio tutorial, dando-se preferência ao apoio mais tradicional. • Dificuldade em aplicar a avaliação das aprendizagens, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 55/2018. • Prática de autoavaliação/autorregulação insuficientes. • Dificuldade em rentabilizar o trabalho colaborativo. • Dificuldade em alterar práticas (resistência à mudança) – docentes e não docentes. • Dificuldade comunicacional generalizada. • Insuficiente formação para pessoal não docente, agravada com a transferência de competências nos órgãos municipais.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional atento, ativo, de qualidade e interventivo. • Preocupação do corpo docente e não docente no acompanhamento dos alunos. • Disponibilidade, eficiência e afabilidade, em regra, do pessoal não docente. • Escola reconhecida na comunidade pela qualidade do seu trabalho e pelas condições físicas que proporciona. • Escola com ambiente propiciador de uma boa aprendizagem. 	

- do ponto de vista **externo**, há:

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da formação escolar, com um sentimento generalizado de valorização da formação académica. • Expectativas elevadas, por parte dos alunos e respetivos encarregados de educação. • Nível socioeconómico e cultural dos alunos. • Acompanhamento, em casa, dos alunos, por parte da família. • Celebração de protocolos com entidades e instituições que permitem melhorar as aprendizagens, em geral. • Apetrechamento, no âmbito do digital, para professores e alunos (<i>Kits</i> da escola digital). • Relação próxima com entidades como Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Universidade de Coimbra, DGEstE, entre outros. • Dinamismo da Associação de Pais, participativa e cooperante. • Qualidade das instalações da Escola. • Intervenção atempada em problemas do edifício, 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos financeiros. • Diminuição de autonomia financeira associada à transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da educação. • Desagrado e desmotivação dos professores, devido à política educativa dos últimos anos, que diminuiu a sua autoridade e aumentou o seu volume de trabalho. • Assistentes operacionais insuficientes, o que acarreta um maior volume de trabalho e uma maior insatisfação. • Desmotivação e pouca valorização do pessoal não docente (em particular, os assistentes operacionais). • Degradação progressiva do parque informático da Escola.

OPORTUNIDADES

AMEAÇAS

pela Parque Escolar.

- Implementação de mais painéis solares, resultado de uma recente candidatura, com auxílio da Parque Escolar.
 - Localização privilegiada da Escola.
-

III. METAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

1. METAS

Para a consecução dos objetivos pedagógicos do presente Projeto Educativo (PE), bem como da missão subjacente, há que definir um conjunto de metas de aprendizagem que passarão pela qualidade do sucesso escolar dos alunos, atendendo ao desenvolvimento das suas competências e capacidades, de acordo com os domínios definidos pelos diferentes grupos disciplinares/disciplinas. Pretende-se que os alunos consigam aplicar o estabelecido nas aprendizagens essenciais, alcançando, progressivamente, o definido no *PASEO*. Os resultados na avaliação externa são complementares às aprendizagens que os alunos vão adquirindo ao longo da sua escolaridade.

O objetivo é manter os 100% de sucesso no ensino básico e ir aumentando progressivamente os percursos diretos de sucesso e a qualidade desse sucesso.

1.1. SUCESSO ESCOLAR

Um sucesso escolar de qualidade é o objetivo de todos os alunos (bem como dos respetivos encarregados de educação) que frequentam a Escola Secundária Infanta D. Maria.

Os dois últimos anos letivos constituíram um desafio para a educação. No ano letivo 2019/2020, a pandemia de COVID-19 obrigou a Escola a alterar, num curto espaço de tempo, o ensino presencial para o ensino à distância, com todas as mudanças logísticas e pedagógicas inerentes a este processo. O regresso à Escola aconteceu em 2020/2021, tendo-se verificado, em situações pontuais, a dualidade dos ensinos acima referidos, sendo o ano de 2021/2022, o retomar do ensino presencial.

O atual PE, dando continuidade ao anterior, continua a traduzir, necessariamente, a apropriação da legislação em vigor: Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho e portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, n.º 226-A/2018, de 7 de agosto e n.º 235-A/2018, de 23 de agosto e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho.

A perspetiva holística e plural da educação, presente nos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular foi estabelecida pelo Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho, onde estão incluídos os seguintes documentos: *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Aprendizagens Essenciais das diferentes disciplinas, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*.

Neste Projeto, espelham-se as potencialidades do Plano 21|23 Escola+, na tentativa de recuperação das aprendizagens dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário, conforme o anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho, e seguem-se as orientações presentes na Recomendação do Conselho Nacional de Educação n.º 1/2021, de 28 de junho - *A escola no pós-pandemia: desafios e estratégias*.

A Escola preconiza uma avaliação eminentemente pedagógica, cuja principal função é a de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos. Privilegia a avaliação formativa (avaliação para as aprendizagens),

como processo de recolha e interpretação de evidências, utilizado por professores e alunos, para determinar em que ponto estes se encontram, na sua aprendizagem, onde se pretende que cheguem e qual a melhor forma de o conseguirem fazer.

No entanto, nos últimos anos, a Escola tem vindo a ser constituída por um público alvo diferente, quer a nível social quer a nível cultural, o que se tem refletido na aquisição de aprendizagens e nos resultados obtidos. Tal facto resulta, essencialmente, da frequência de alunos oriundos de vários países, cujos sistemas de ensino, regra geral, são distintos e menos complexos do que o nacional, o que origina dificuldades de integração, quer a nível pedagógico, quer a nível social, quer a nível cultural.

A ESIDM tem como objetivo incluir estes alunos, criando estratégias que mitiguem progressivamente as dificuldades que estes apresentam e proporcionar-lhes (a qualidade d) o sucesso que pretendem alcançar.

1.2. AVALIAÇÃO EXTERNA (PROVAS DE AFERIÇÃO; PROVAS FINAIS; EXAMES NACIONAIS)

1.2.1. PROVAS DE AFERIÇÃO

Nos anos letivos de 2019/20 e 2020/21 não se realizaram provas de aferição no 8.º ano (de acordo com o estipulado na alínea a) do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril).

Estas foram retomadas no ano letivo 2021/2022, tendo os alunos realizado provas nas disciplinas de Educação Física, Geografia, História e Português.

Todas as provas avaliam áreas de competências do *PASEO* e aprendizagens desenvolvidas nos domínios/temas/áreas que constam no quadro de caracterização.

As provas mobilizam aprendizagens de anos de escolaridade anteriores e refletem uma visão integradora dos diferentes domínios/temas/áreas.

Nestas provas são avaliados os domínios cognitivos: Conhecer/Reproduzir; Aplicar/Interpretar; Raciocar/Criar. Nos resultados obtidos nas provas realizadas, constata-se que os alunos da ESIDM se mantêm acima da média Nacional e da NUTS III (região de Coimbra).

Assim, estabelece-se, como meta, que os alunos, no próximo quadriénio, consigam manter-se acima das duas médias, nacional e da NUTS III, independentemente das disciplinas avaliadas.

1.2.2. PROVAS FINAIS

As Provas Finais do Ensino Básico ocorrem no 9.º ano, nas disciplinas de Português e Matemática.

Nos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021, estas provas não se realizaram, devido à pandemia de COVID -19, de acordo com o estipulado na alínea b) do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril. Em 2021/2022, foram realizadas, tendo como objetivo sublinhar a importância que a avaliação de âmbito nacional configura para os processos de monitorização da qualidade do sistema educativo. As provas finais do ensino

básico centram-se nesta finalidade de acompanhamento e balanço das aprendizagens no final do ensino básico, contribuindo para uma implementação ainda mais sustentada do segundo ano do Plano 21|23 Escola+. Relevando a informação obtida para os fins já enunciados, de balanço das aprendizagens e de contributo para a continuação da implementação sustentada do Plano 21|23 Escola+, no ano letivo de 2022/2023, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 27-B/2022, de 23 de março.

Assim, estabelece-se como meta que os alunos, no próximo quadriénio, consigam manter-se acima das duas médias, nacional e da NUTS III (região de Coimbra), nas disciplinas de Português e Matemática, conforme consta no relatório das provas de 9º ano, a nível do “Desempenho global por domínio/competência e nível de complexidade cognitiva”.

1.2.3. EXAMES NACIONAIS

Os exames nacionais, tidos em consideração, são os que correspondem à conclusão das disciplinas frequentadas pelos alunos nos cursos que a Escola ofereceu, ou seja, Biologia e Geologia, Economia A, Espanhol, Filosofia, Física e Química A, Geografia A, Geometria Descritiva A, História A, Inglês, Matemática A, MACS, Português.

De referir que a Biologia e Geologia, Física e Química A, Matemática A e Português foram as provas mais realizadas pelos alunos internos, dado que a realização de exames finais nacionais, nos dois anos anteriores, ocorreu apenas nas disciplinas eleitas como provas de ingresso para efeitos de acesso ao ensino superior, de acordo com o definido no ponto três do Artigo 8.º do Decreto-Lei nº 14-G/2020, de 13 de abril e do ponto um do Artigo 12.º do Despacho Normativo n.º 10-A/2021, de 22 de março.

A nível dos exames nacionais, os resultados obtidos pelos alunos internos da ESIDM foram superiores à media nacional, na maioria das disciplinas.

Além dos bons resultados obtidos, o que se destaca são os percursos diretos de aprendizagem, isto é, o aluno ou não tem repetências ou não altera o seu percurso (escolaridade obrigatória) em 12 anos.

METAS ALCANÇADAS NO ANTERIOR PROJETO EDUCATIVO

No final da vigência do Projeto Educativo anterior, foram atingidas as metas previstas naquele documento, conforme ilustra o seguinte quadro.

Metas atingidas em 2022

Foi alcançada a taxa de sucesso de 100 %, no final do 3º Ciclo

Provas Finais: No 3º Ciclo, devido à pandemia não foram realizadas

Exames Nacionais: Meta indefinida face às alterações decorrentes da legislação, devido à pandemia

Ainda que a proposta de percentagem de colocação no par curso/estabelecimento de ensino, no acesso ao ensino superior, na 1ª fase, na 1ª opção, tenha sido de 3%, todavia esse valor foi de 2,6%.

Face às alterações que se preveem relativamente à realização futura dos exames nacionais, é prematuro fazer previsões sobre as metas a atingir em 2026. No entanto, tendo como referência o estudo realizado sobre o acesso ao ensino superior e a grande percentagem de entrada de alunos na 1ª opção das licenciaturas e universidades/faculdades escolhidas, será importante que esta tendência se mantenha ou aumente.

2. PREMISSAS

O **Projeto Educativo da Escola Secundária da Infanta D. Maria** assenta em quatro premissas, associadas a objetivos estratégicos, que se encontram no Projeto de Intervenção da Diretora:

⇒ **Priorizar a formação integral do aluno, contribuindo para o seu desenvolvimento progressivo, de acordo com o estabelecido no PASEO**

- valorizando saberes e aprendizagens, proporcionando o desenvolvimento de competências que coexistam para além da formação escolar, desenvolvendo a cultura científica;
- educando para os valores, sensibilizando para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa humana e na ação no mundo, autonomia, para a integração, para o respeito, num ambiente disciplinado e propício para a aquisição do conhecimento;
- incluindo, possibilitando atividades/apoios diversificados, a dinamização de projetos e a aquisição de aprendizagens através de métodos dedutivos e experimentais;
- avaliando aprendizagens, dando delas um feedback constante, permitindo uma autorregulação e retificação de estratégias;
- trabalhando para a efetiva e gratificante qualidade do sucesso educativo.

⇒ **Melhorar a prestação dos recursos humanos da Escola contribuindo para a formação integral do aluno:**

- dinamizando o trabalho colaborativo e o acompanhamento pedagógico, entre pares, mesmo em situação de aula;
- promovendo uma cultura de (auto)avaliação, proporcionando momentos de formação, de reflexão, de autorregulação e produção de documentos facilitadores desta prática;
- promovendo a divulgação e generalização de boas práticas;
- diversificando práticas que promovam recuperação e aprendizagens facilitadoras (de qualidade) de sucesso para os alunos;
- construindo um projeto educativo que envolva a comunidade e que reflita preocupação em priorizar a formação integral do aluno;
- promovendo a formação de docentes;
- consciencializando os funcionários (assistentes técnicos e operacionais) para a importância das suas tarefas, proporcionando-lhes formação, para que se tornem progressivamente mais eficientes e eficazes;
- fomentando a presença participativa e crítica dos encarregados de educação;
- promovendo uma rede comunicacional eficaz;

- mantendo condições de trabalho de qualidade, na organização escolar.
- ⇒ **Dar notoriedade à Escola, através de uma liderança estratégica:**
- proporcionando uma gestão eficaz e eficiente da organização, que passará pela colaboração entre os diferentes órgãos e as lideranças intermédias;
 - publicitando a Escola, no sentido de mostrar a qualidade do que nela se faz;
 - elaborando propostas orçamentais que visem a formação integral do aluno;
 - fomentando a participação em projetos variados (nacionais e internacionais) e promovendo a sua divulgação;
 - estabelecendo protocolos com diferentes entidades e organizações.
- ⇒ **Criar planos de melhoria da Escola, através de um planeamento estratégico da autoavaliação:**
- priorizando o processo de ensino e aprendizagem na autoavaliação da ESIDM;
 - articulando a autoavaliação da Escola com os restantes procedimentos avaliativos que existam na ESIDM;
 - adequando e atualizando o processo de autoavaliação da ESIDM;
 - procedendo à participação e auscultação da comunidade educativa;
 - estabelecendo uma rede comunicacional eficaz, difusora de informações, decisões, orientações e reflexões acerca dos resultados da autoavaliação.

3. LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA

As premissas definidas e os objetivos (gerais), dão agora lugar a um conjunto de objetivos estratégicos, que se podem enquadrar em quatro grandes domínios, atendendo ao “Quadro de Referência da IGEC” e de acordo com o terceiro ciclo de avaliação externa das escolas:

- A) resultados** (a nível académico, social e o seu reflexo no reconhecimento da comunidade).
- B) prestação de serviços** (no tocante aos recursos humanos e ao serviço educativo, nas suas vertentes de ensino e aprendizagem e de avaliação);
- C) liderança e gestão;**
- D) (auto)avaliação** (priorizando o processo de ensino e aprendizagem na autoavaliação da ESIDM).

Partindo destes domínios, há que estabelecer um plano de estratégias para a Escola Secundária Infanta D. Maria, que permita o cumprimento da sua missão.

A) RESULTADOS

SUBDOMÍNIOS

- 1| A nível académico
- 2| A nível social
- 3| A nível do reconhecimento da Comunidade

INTERVENÇÃO NO PRIMEIRO SUBDOMÍNIO

- *Diagnóstico de dificuldades*
- *Inclusão*
- *Autoavaliação, autorregulação, feedback*
- *Monitorização das aprendizagens*
- *Reflexão crítica*
- *Orientação vocacional*
- *Valorização dos saberes*
- *Monitorização da qualidade do sucesso*
- *Monitorização da evolução dos resultados de sucesso (internos e externos)*
- *Formação*
- *Trabalho interpares*

OBJETIVOS

- Priorizar a avaliação diagnóstica e formativa, como forma de definição de estratégias específicas, para uma eficaz e eficiente aprendizagem dos alunos
- Incrementar práticas de autoavaliação, de autorregulação e de feedback, para uma maior consciencialização das aprendizagens
- Proporcionar, aos alunos, informação e orientação vocacional, a fim de os encaminhar e dissipar eventuais dúvidas
- Incentivar à aquisição e aplicação de saberes, através da atribuição de prémios de mérito (académico, cívico e desportivo)
- Incentivar o uso do raciocínio e a resolução de problemas, através de pesquisas e projetos, priorizando o trabalho interdisciplinar e ou o de articulação disciplinar, em resultado do exercício de autonomia e flexibilidade
- Investir em (re)definição de estratégias para recuperação e consolidação de aprendizagens (mentorias, tutorias, apoios específicos, abordagem multinível, medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão – EMAEI)
- Promover o Projeto de Desenvolvimento Europeu (Projeto Erasmus + KA1 e KA2)
- Promover a continuidade do projeto *eTwinning*, tentando manter o selo atribuído, nos próximos anos letivos
- Fazer do digital uma estratégia importante de aprendizagem (PADDE)

INTERVENÇÃO NO SEGUNDO SUBDOMÍNIO

- *Incentivo a uma cidadania responsável*
- *Adoção de comportamentos saudáveis e sustentáveis*

- *Incentivo à autonomia*
- *Promoção da disciplina*
- *Comunicação*

OBJETIVOS

- Incentivar à participação democrática (participação no Conselho Geral (CG), na Associação de Estudantes (AE), no Orçamento Participativo (OP), nas reuniões de delegados e subdelegados), promovendo uma progressiva autonomia e consciencialização dos direitos humanos
- Incentivar a promoção de eventos de solidariedade (recolha de alimentos, roupas, livros, ...), desenvolvendo a empatia e a preocupação com o próximo
- Incentivar à promoção de atividades de e para jovens (AE, turmas, APPE)
- Divulgar, envolver e promover atividades desportivas
- Dinamizar projetos, *workshops* e iniciativas que sensibilizem e inculcam a necessidade de bem-estar e bem viver
- Promover o incentivo a ações e intervenções que desenvolvam a consciência da sustentabilidade (reforçar a política da reutilização; incentivar à mobilidade sustentável, minimizar consumos de água, luz, papel, ...)
- Responsabilizar para o cumprimento de tarefas, regras e prazos
- Desenvolver um espírito crítico, argumentativo e curioso
- Divulgar as regras definidas, no que concerne a direitos e responsabilidades dos alunos (estatuto do aluno, regulamento interno)
- Envolver, valorizando, alunos, pais/encarregados de educação, docentes, não docentes, na aplicação das regras estabelecidas

INTERVENÇÃO NO TERCEIRO SUBDOMÍNIO

- *Incentivo à participação em atividades reveladoras do funcionamento da Escola*
- *Organização de ações divulgadoras da Escola e da sua qualidade*
- *Promoção de parcerias e protocolos com organizações*

OBJETIVOS

- Promover uma reunião inicial com os alunos, explicando-lhes as mudanças que se têm operado no sistema educativo: flexibilidade curricular, avaliação, a importância do digital nas aprendizagens
- Promover encontros/reuniões entre pais/encarregados de educação e estruturas da Escola (diretores de turma, direção, SPO; Biblioteca)
- Dinamizar eventos públicos para dar a conhecer o sucesso dos alunos
- Publicitar, em espaços públicos e ministeriais (DGE), a Escola e as suas atividades
- Abrir a Escola à comunidade envolvente, transformando-a, também, em espaço cultural

- Estabelecer parcerias com entidades que contribuam para a formação integral do aluno, atendendo ao previsto no *PASEO*
- Ser parte agente de atividades/eventos que promovem a organização escolar, os parceiros, o município e até o país

B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SUBDOMÍNIOS

- 1| Recursos Humanos
- 2| Serviço Educativo (ensino e aprendizagem)
- 3| Serviço Educativo (avaliação)

INTERVENÇÃO NO PRIMEIRO SUBDOMÍNIO

- *Rentabilização do trabalho colaborativo docente*
- *Interação pedagógica na prática letiva*
- *Promoção da interdisciplinaridade e da articulação curricular*
- *Formação*
- *Comunicação*

OBJETIVOS

- Organizar os horários, de forma a existirem tempos comuns entre docentes que lecionem a(s) mesma(s) disciplina(s) e/ou os mesmos anos de escolaridade, criando equipas pedagógicas
- Criar instrumentos de trabalho comuns, no âmbito da flexibilidade e articulação curricular
- Trabalhar colaborativamente em rede, fazendo uso do digital
- Proporcionar horas de aulas comuns a docentes que lecionem os mesmos anos e/ou disciplinas, a fim de, ao irem às aulas uns dos outros, construtivamente, se heteroajudem e promovam um melhor sucesso dos alunos
- Afetar diferentes recursos (professor de educação especial, psicóloga, coadjuvação) que permitam a recuperação e ou consolidação de aprendizagens de alunos, permitindo a sua melhor inclusão
- Partilhar práticas e conhecimentos facilitadores de melhores aprendizagens

INTERVENÇÃO NO SEGUNDO SUBDOMÍNIO

- *Mentorias*
- *Tutorias*
- *Inclusão*
- *Aprendizagem lúdica*
- *Formação*

- *Monitorização*
- *Comunicação*
- *Aplicação de práticas avaliativas*

OBJETIVOS

- Dar continuidade ao programa de mentoria
- Promover as tutorias como um apoio mais abrangente, mas potenciador de uma maior autonomia
- Apoiar alunos que necessitem e ou pretendam preparar-se para as provas finais e exames nacionais
- Promover a inclusão, adotando, em sala de aula, estratégias de aprendizagem adequadas ao público-alvo
- Promover a inclusão através da ação/intervenção da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)
- Fazer do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) um meio para garantir inclusão, como espaço agregador de saberes e competências da Escola
- Fomentar a sensibilidade estética e artística, incentivando à participação em projetos e atividades que existem, ou venham a existir, na Escola (Clubes, Oficinas, Desporto Escolar)
- Dar continuidade à promoção da Biblioteca, aos recursos nela existentes e aos projetos por ela dinamizados, como espaço de aprendizagem
- Aplicar a avaliação de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 55/2018, dando ênfase à avaliação formativa, como processo de apoio às aprendizagens dos alunos
- Implementar um seminário pedagógico anual, como forma de divulgação de boas práticas avaliativas, convidando entidades especialistas

INTERVENÇÃO NO TERCEIRO SUBDOMÍNIO

- *Criação de instrumentos de avaliação comuns*
- *Monitorização dos resultados dos alunos*

OBJETIVOS

- Diversificar a avaliação (diagnóstica, formativa e sumativa), de acordo com diferentes momentos exigidos pelo ensino-aprendizagem, e que seja pautada pelo rigor e pela transparência, tendo, como fim último, a qualidade do sucesso dos alunos
- Implementar a autoavaliação e a autorregulação como forma de pensar o percurso da aprendizagem
- Comparar os resultados dos alunos em provas finais e exames nacionais, com as classificações internas, monitorizando as aprendizagens dos alunos
- Utilizar os resultados das provas de aferição como ferramenta de apoio para (re)definição de estratégias

C) LIDERANÇA E GESTÃO

SUBDOMÍNIOS

- 1| Liderança
- 2| Gestão

INTERVENÇÃO NO PRIMEIRO SUBDOMÍNIO

- *(In)formação e comunicação*
- *Orientação*
- *Motivação*

OBJETIVOS

- Fomentar um ambiente de diálogo, aberto e franco, entre todos os elementos da comunidade educativa
- Estabelecer um bom circuito comunicacional, difusor de informações, decisões, orientações, regras
- Difundir para o exterior as atividades produzidas na e para a Escola
- Envolver os líderes intermédios (docentes e não docentes), incentivando-os à tomada de decisões
- Promover, paulatinamente, a autonomia entre as chefias intermédias, delegando tarefas/competências
- Diversificar recursos que promovam diferentes formas de aprendizagem (projetos – nacionais e internacionais –, uso de tecnologias, protocolos com instituições que cedam ‘saberes’ – artísticos, desportivos, cívicos – ou a quem a Escola ceda – instalações, serviços)
- Promover espírito de coesão, incentivando ações que impliquem o esforço de muitos, para usufruto de todos (comemorações de efemérides relacionadas com a Escola, concursos, ...)
- Divulgar o mérito dos alunos, criando um momento específico (espetáculo solene de entrega de diplomas de mérito)
- Acolher (novos) alunos, (novos) professores e (novos) funcionários
- Envolver os encarregados de educação em atividades a desenvolver pelos e com os seus educandos

INTERVENÇÃO NO SEGUNDO SUBDOMÍNIO

- *Administrativa*
- *Financeira*
- *Patrimonial*

OBJETIVOS

- Elaborar um organigrama que evidencie as hierarquias, os setores, unidades funcionais e cargos, na Escola

- Manter atualizado o Sistema de Controlo Interno (SCI) e implementar um Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) – Lei n.º 66-B/2007
- Rentabilizar os recursos humanos de acordo com as necessidades da Escola, distribuindo serviço de forma eficaz
- Implementar, globalmente, as diretrizes da Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), permitindo, a título contabilístico e financeiro, uma gestão eficaz e eficiente
- Aumentar as receitas da Escola, recorrendo a candidaturas, a programas e projetos nacionais e internacionais (Erasmus + KA1 e KA2)
- Diminuir excessos, minimizando consumos (água, luz, papel, detergentes, ...)
- Rentabilizar o espaço excelente que a Escola tem, estabelecendo protocolos pontuais ou de maior duração, consoante a(s) oportunidade(s) e enquanto o edifício não for da responsabilidade da autarquia
- Atualizar o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE)
- Atualizar o manual de procedimentos, onde se faz uso de diagramas e fluxogramas

D) (AUTO)AVALIAÇÃO

SUBDOMÍNIO

- 1| Avaliação interna (Ensino e Aprendizagem)
- 2| Avaliação interna (ESIDM)

INTERVENÇÃO NO PRIMEIRO SUBDOMÍNIO

- *Aplicação de práticas avaliativas*
- *Trabalho Colaborativo*
- *Formação*
- *Comunicação*
- *Monitorização*

OBJETIVOS

- Construir diversificados instrumentos de avaliação, dando ênfase aos formativos, fazendo uso do digital
- Partilhar estratégias avaliativas, instrumentos, experiências, boas práticas
- (Re)definir critérios de avaliação, atendendo ao imposto e ou recomendado pelas autoridades centrais (Aprendizagens Essenciais, IGEC)
- Organizar momentos para partilha de formação (reuniões de Departamento e ou Grupo de Recrutamento; trabalho colaborativo)

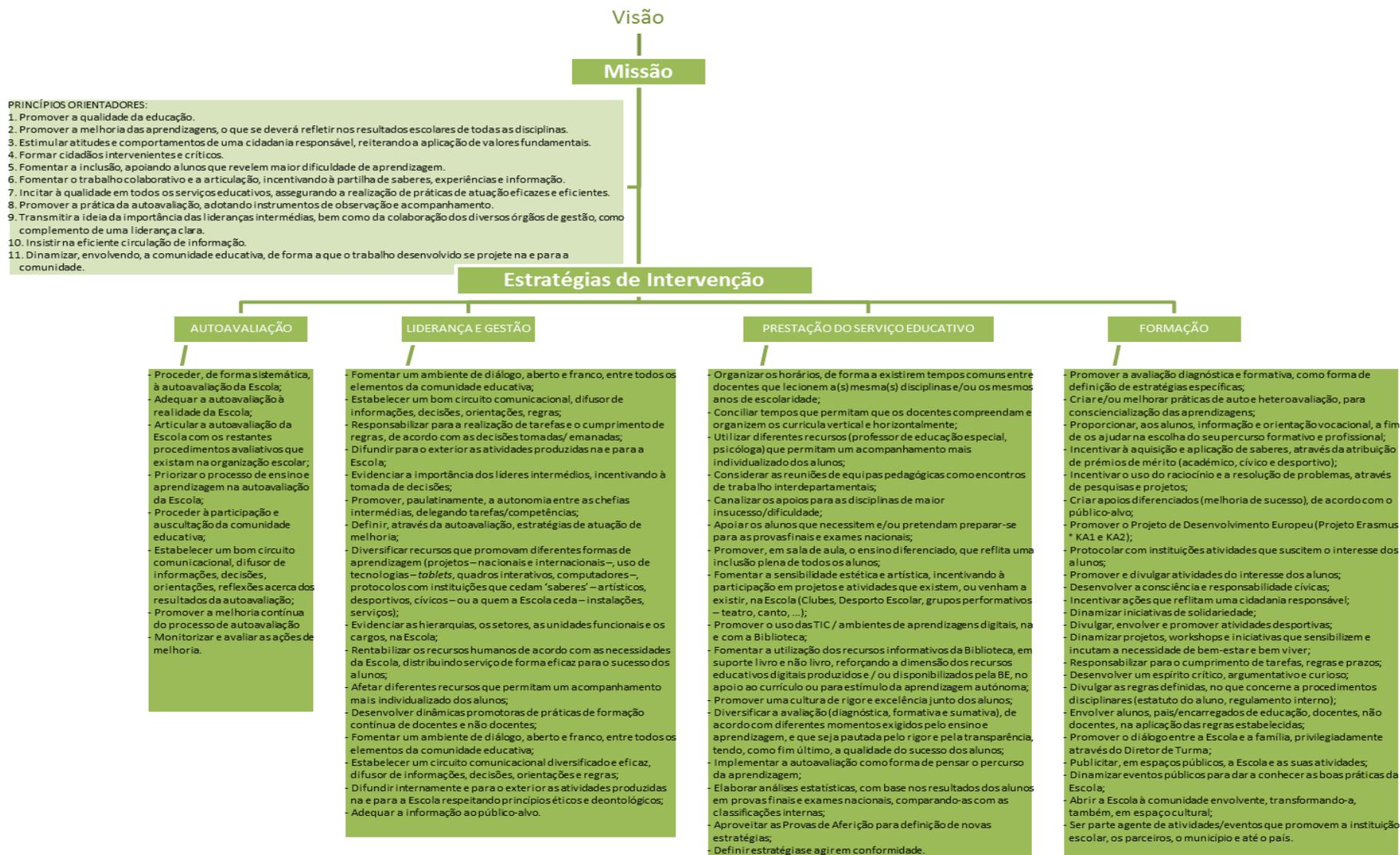
INTERVENÇÃO NO SEGUNDO SUBDOMÍNIO

- *Organização e sustentabilidade da autoavaliação*
- *Planeamento estratégico da autoavaliação*

OBJETIVOS

- Desenvolver uma avaliação sistemática, participativa e autónoma (equipa de autoavaliação)
- Identificar pontos fracos da Escola, apoiando-se no contributo dos diferentes atores da comunidade educativa (questionários, atas, formulários)
- Criar Planos de Melhoria e definir estratégias de atuação, em função dos pontos fracos detetados
- Tornar o processo de (auto)avaliação mais responsável, transparente e adequado às necessidades da ESIDM

4. ESQUEMA OPERACIONAL



IV. MONITORIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo é um documento que define as grandes linhas orientadoras da ação educativa da Escola sendo, por isso, um documento estruturante e estratégico que todos os responsáveis na ação educativa devem conhecer.

Importante é também a sua divulgação junto de toda a comunidade educativa, o que contribuirá para a sua apropriação e consequente agregação em torno de objetivos comuns.

Por outro lado, sendo um instrumento que se pretende impulsionador da qualidade educativa, deve ser monitorizado e avaliado numa perspetiva formativa, utilizando a informação daí retirada, para rever e melhorar a sua eficácia e a sua eficiência estratégicas.

Para tal, considerar-se-á:

- a análise de documentos e de registos produzidos (relatórios, atas e outros) e de questionários, a responder por elementos da comunidade educativa, no fim de cada ano letivo, e que incluam a comprovação do grau de conhecimento do Projeto Educativo, a coerência com outros documentos de referência e com a prática quotidiana da Escola;
- a análise dos resultados escolares dos alunos, comparando-os com os resultados dos anos anteriores e os valores de referência nacional;
- a análise da evolução dos resultados escolares dos alunos em relação às estratégias definidas pelas diferentes estruturas pedagógicas;
- a análise do grau de concretização do Plano Anual de Atividades e da sua adequação às linhas orientadoras definidas no Projeto Educativo;
- a identificação do grau de melhoria verificado relativamente aos pontos fracos diagnosticados e dos fatores que conduziram à melhoria;
- a divulgação a toda a comunidade educativa dos resultados desta avaliação, através dos meios de comunicação/divulgação existentes na Escola;
- a identificação dos pontos fortes e fracos da concretização do Projeto Educativo e definição de um novo Plano de Desenvolvimento, incluindo, neste, o plano de formação dos diferentes atores educativos, para que conduza à melhoria das práticas educativas e, consequentemente, dos resultados dos alunos.

1. DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo deve ser colocado na página web oficial da Escola. Deve existir uma versão impressa na BE, na sala de pausa dos professores e na sala dos diretores de turma.

2. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A avaliação do Projeto Educativo deve ser contínua e participada e, assim, ser realizada numa perspetiva formativa.

Os objetivos desta avaliação, que é uma avaliação interna, serão:

- promover a melhoria da qualidade do sistema educativo da ESIDM, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia, apoiando a formulação e o desenvolvimento das políticas educativas e de formação e disponibilizando informação emanada superiormente;
- assegurar a qualidade do sucesso educativo, continuando a promover uma cultura de qualidade, exigência e responsabilidade;
- sensibilizar os vários membros da comunidade educativa para a participação ativa no processo educativo, valorizando o seu papel neste processo;
- garantir a credibilidade do desempenho e da qualidade da Escola.

Para garantir esta avaliação, a comissão de acompanhamento de autoavaliação, do Conselho Geral, adotando olhares variados e perspetivas complementares, deve proceder à sua avaliação, a par com a equipa que elaborou este Projeto Educativo, tornando-a uma prática interiorizada e produtiva para a comunidade escolar. Cabe a essa comissão reunir todos os dados necessários – pontos fortes e fracos; sugestões que ajudem a melhorar o serviço educativo –, de forma a garantir a progressiva consecução do Projeto Educativo.

A avaliação realizada por esta comissão deve ficar expressa num relatório anual e num plano de melhoria, devendo estes ser apresentados aos Conselhos Pedagógico e Geral.

V. FONTES CONSULTADAS

- Barroso, J. (2005). Políticas educativas e organização escolar. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bolívar, A. (2012). Melhorar os processos e os resultados educativos. O que nos ensina a investigação. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Boutinet, Jean P. (1986). Le concept de projet et ses niveaux d'appréhension. *Éducation Permanente*, n.º 86.
- Boutinet, Jean P. (1990). *A Antropologia do Projeto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Casanova, M. P. (2014). Construção do Projeto Educativo de Escola, In Teresa Estrela (ed.) (2014). *Educação, Economia e Território – O papel da educação no desenvolvimento*. Lisboa: EDUCA/Secção Portuguesa da AFIRSE.
- Costa, J. (2003). *Imagens organizacionais da escola*. Porto: Edições Asa.
- Costa, J. A. (2000) *Liderança nas organizações: revisitando teorias organizacionais num olhar cruzado sobre as escolas*. In: Costa, J.; Mendes, A.; Ventura, A. (Orgs). *Liderança e estratégia nas organizações escolares*. Aveiro: Ed. Universidade de Aveiro, pp. 15-33.
- Formosinho, J. (1992). O dilema organizacional da escola de massas. *Revista Portuguesa de Educação*, 5 (3), pp. 23-48.
- Góis, E. e Gonçalves, C. (2005). *Melhorar as escolas: práticas eficazes*. Porto: Edições ASA.
- Gonçalves, J. A. (2000). *Ser professora do 1.º ciclo: Uma carreira em análise*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- Lawn, M. (2001). Os professores e a fabricação de identidades. *Currículo sem fronteiras*, 1 (2), pp. 117-130.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1989). *As Escolas e a qualidade*. Porto: Edições ASA.
- Perrenoud, Ph. (1993). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação, perspetivas sociológicas*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Perrenoud, Ph. (2002). *A escola e a aprendizagem da democracia*. Porto: Edições ASA.
- Pratas, L. M. F. Oliveira (2013), *Quinta das Flores / Conservatório – escolar de artes, agrupamento ou escolas protocoladas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Tese de Mestrado.
- Silva, J. M. (2010). *Líderes e Lideranças em Escolas Portuguesas*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Silva, J. M. (2011). *Direção, liderança e autonomia das escolas*. In A. Neto-Mendes, J. A. Costa & A. Ventura (Eds.), *A Emergência do Diretor da Escola: Questões Políticas e Organizacionais*. Atas do VI Simpósio de Organização e Gestão Escolar. Aveiro. Universidade de Aveiro.

PROJETOS

- Projeto Educativo da Escola Secundária Infanta Dona Maria (2015-2018).

OUTROS

- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.
- Decreto-Lei n.º 55/2019, de 6 de julho
- Equipa de autoavaliação 2019/2020 (2019). Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Ferrão, Cristina (2018). Projeto de intervenção. ESIDM. Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Observatório das Questões Disciplinares 2018/2019 (2019). Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Observatório Interno 2017/2018 (2018). Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Portaria 223-A, de 3 de agosto.
- Portaria 226-A, de 7 de agosto.
- Projeto Curricular da ESIDM (2018). Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Relatório da Avaliação Externa – 2011-2012.
- Relatório Final do Plano Anual de Atividades 2018/2019 (2019). Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Rijo, Conceição (2018). Um estudo sobre a candidatura ao ensino superior público. Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.
- Rijo, Conceição (2019). Um estudo sobre a candidatura ao ensino superior público. Coimbra: Escola Secundária Infanta Dona Maria.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro resumo relativo aos Órgãos de direção, administração e gestão.	9
Tabela 2 – Instalações e equipamentos disponíveis na Escola.	12
Tabela 3 – Situação profissional (2022/2023).	13
Tabela 4 – Faixa etária (2022/2023) – Professores do Quadro da ESIDM.....	13
Tabela 5 – Pessoal não docente (2022/2023).	13
Tabela 6 – Faixa etária (2022/2023) – Corpo não docente.	13
Tabela 7 – Parcerias da Escola com entidades externas.	16